

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 07 de janeiro de 2010.

Edição nº 353

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos	2
Boletins de Pessoal	2
Súmulas de contrato e convênios.....	3
Editais.....	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	4
---------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de janeiro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 353

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM Nº 020/2010

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

APOSENTAR

- a pedido, a contar de 30 de dezembro de 2009, o Procurador de Justiça, Dr. ROBERTO RUDOLFO CARDOSO EILERT, matrícula nº 1098 0296, do Quadro de Membros do Ministério Público, devendo perceber na inatividade, proventos mensais e integrais, tudo em conformidade com o artigo 40, inciso III, alínea "a" da Constituição da República Federativa do Brasil/88, redação original, combinado com o artigo 3º, § 2º, da Emenda Constitucional nº 20/98 e artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41/03 e tendo em vista o que consta no Processo nº PR.00961.00003/2009-0 (Port. 4138/09).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de janeiro de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 002/2010 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 00882.00005/2008, em que investigada Geni Maria da Silva.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de janeiro de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 0003/2010

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE, publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

1. Determinar, com fulcro no inciso I do Artigo 200 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, a instauração de Procedimento Administrativo de Sindicância Disciplinar para apurar conduta imputada a servidor de provimento efetivo dos Quadros de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cujos fatos e qualificação constam do expediente, SPU.PR.01055.00270/2009-0, pela prática de fatos configuradores, em tese, infringência aos deveres previstos

nos incisos IV e V do Artigo 177, este c/c Provimentos 17 e 22/2001 e Provimento 73/2003; à proibição do inciso XXV do Artigo 178; inciso VI do Artigo 191, c/c Artigo 9º e 11º da Lei nº 8.429 de 1992, inciso X e inciso XVII c/c § 1º do Artigo 312 do Código Penal Brasileiro, todos da Lei Complementar nº 10.098/94, ficando sujeito à incidência do Artigo 187 da mesma Lei.

2. Designar os servidores João Luiz Pinto Costa, matrícula 1495 1061, como Sindicante, e Ruiter Ubaiara Pozo Martinetto, matrícula 1459 0700, Assessor Especial I, como Secretário. DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMpra-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de janeiro de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Registre-se e Publique-se.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

BOLETIM Nº 019/2010

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

ATRIBUIR

- a contar de 23 de dezembro de 2009, encargos de chefia administrativa da Secretaria da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais – NIMP, à servidora MÁRCIA BRUTSCHIN SEVERO, Agente Administrativo, Matrícula nº 14962349 (Port. 4115/09).

DESIGNAR

- no período de 13 de janeiro a 16 de fevereiro de 2010, o servidor EMILIANO MEDEIROS, Arquivista, matrícula nº 14955750, para exercer, em substituição, na forma de função gratificada, o cargo em comissão de Coordenador de Unidade, CC-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão, nos impedimentos legais e eventuais do titular Marcelo Bernardes (Port. 4069/09).

- no período de 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, a servidora CAROLINA DO AMARAL REZENDE ESTEVES, Assessor Especial II, matrícula nº 14968207, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de Coordenador de Unidade, CC-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão, nos impedimentos legais e eventuais da titular Vera Lourdes da Silva Paz (Port. 4074/09).

- o servidor MARCOS PORTES LAMPERT, Agente Administrativo, matrícula nº 14964244, exercer, em substituição, a função gratificada de Coordenador de Unidade, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão, nos impedimentos legais e eventuais do titular Gerson Luis Flach (Port. 4076/09).

- no período de 04 a 17 de janeiro de 2010, o servidor LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES, Assessor – Bacharel em Administração, matrícula nº 14950359, para exercer, em substituição, a função gratificada de Diretor-Geral, FGE-12, acrescida da



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de janeiro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 353

gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão, nos impedimentos legais e eventuais da titular Janete Menezes Fagundes (Port. 4108/09).

- o servidor CÉSIO LUIZ VELLEDA LÁZARO DA SILVA, Agente Administrativo, para exercer, em substituição, a Função Gratificada de Assessor Especial I, FG-07, com atribuição de encargos de chefia, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão, nos impedimentos legais e eventuais da titular Márcia Brutschin Severo (Port. 4116/09).

- o servidor EVALDO DE SOUZA, Datilógrafo, para exercer, em substituição, a Função Gratificada de Coordenador de Secretaria de Procuradoria de Justiça, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão, nos impedimentos legais e eventuais do titular André Medina Osório (Port. 4123/09).

RETIFICAR

- o Boletim nº 004/2010, publicado no DEMP 04/01/2010, referente à concessão de vantagens, para constar que as vantagens concedidas são na proporção de 5% (cinco por cento) e não 3% (três por cento) como constou.

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 11/12/2009, no cargo de Agente Administrativo, classe "M", LAURA SCHNORRENBERGER, tendo entrado em exercício em 05/01/2010.

- habilitada para tomar posse, a contar de 05/01/2009, no cargo de Assessor de Coordenação de Promotoria de Justiça, CC-08, NATÁLIA PIANEGONDA, tendo entrado em exercício em 06/01/2010.

NOMEAR

- RENATA THORMANN PROCIANOY, a contar de 04 de janeiro de 2010, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão (Port. 007/10).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de janeiro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 11402-09.00/09-7

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/09

No dia 30 de dezembro de 2009, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa ELAINE TEREZINHA HARTWIG PORRO FERRARI, vencedora do item abaixo:

ITEM	MATERIAL E MARCA	QTD.	PREÇO UNITÁRIO
02	PERFURADOR DE PAPEL, SEMI-INDUSTRIAL, COM 02 VAZADORES, EM FERRO FUNDIDO, PINTURA MARTELADA, ALTA CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO DE, NO MÍNIMO, 50 FOLHAS DE 75G/M2; CÁVIA	300 (UN.)	R\$ 27,30

VALIDADE: 12 (doze) meses; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09, bem como Provimentos PGJ/RS 54/02, 40/04, 47/05 e 33/08.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de janeiro de 2010.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral Substituto.

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 11402-09.00/09-7

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/09

No dia 30 de dezembro de 2009, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa REAL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA. ME., vencedora do item abaixo:

ITEM	MATERIAL E MARCA	QTD.	PREÇO UNITÁRIO
01	CESTO DE LIXO EM FIBRA, FORMATO CÔNICO, COM BORDAS METÁLICAS, COR PRETO, COM DIMENSÕES DE: ALTURA – 340MM À 360MM, DIÂMETRO SUPERIOR – 300MM À 320MM E DIÂMETRO INFERIOR (BASE) – 220MM À 240MM; BELA ARTE	500 (UN.)	R\$ 20,60

VALIDADE: 12 (doze) meses; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09, bem como Provimentos PGJ/RS 54/02, 40/04, 47/05 e 33/08.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de janeiro de 2010.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral Substituto.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO

DE SERVIÇOS DE OBRAS DE ENGENHARIA

PROCESSO Nº 11017-09.00/08-1

TOMADA DE PREÇOS Nº 17/08

CONTRATADA: HENER ENGENHARIA E OBRAS CIVIS LTDA.; **OBJETO:** prorrogar por 3 (três) meses a vigência contratual, a contar de 03 de dezembro de 2009; acrescentar e suprimir serviços do Contrato de Prestação de Serviços de Obras de Engenharia AJDG nº 158/08, resultando no valor de R\$ 7.048,50 a acrescentar, conforme planilha resumo:

	Material	Mão-de-obra	Total
A acrescentar	R\$ 25.214,59	R\$ 6.299,98	R\$ 31.514,57
A suprimir	R\$ 25.933,27	R\$ (1.467,20)	R\$ 24.466,07
	R\$ (718,68)	R\$ 7.767,18	R\$ 7.048,50



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de janeiro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 353

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** arts. 57, II e 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de janeiro de 2010.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral Substituto.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO Nº 12258-09.00/08-5
PREGÃO Nº 63/08**

CONTRATADA: ARSELF COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.; **OBJETO:** prorrogar a vigência do Contrato de Prestação de Serviços AJDG nº 183/08, por 12 (doze) meses, a contar de 15 de dezembro de 2009, e reajustar o valor contratual, de acordo com a variação dos últimos 12 (doze) meses do IGP-M, de -1,58%, passando a vigorar o valor mensal de R\$ 3.936,63; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 10.520/02, pelo Provimento PGJ/RS nº 54/02, e, Lei Federal nº 8.666/93, bem como Cláusulas Terceira, item 3.6, e Nona do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de janeiro de 2010.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral Substituto.

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA
PROCESSO Nº 11549-09.00/09-1
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/09**

CONTRATADA: E-STORAGE TECNOLOGIA LTDA; **OBJETO:** aquisição de sistema para pesquisa de conteúdo em base de dados implementado em appliance específico, marca/modelo GOOGLE SEARCH APPLIANCE GB-1001-2M, com capacidade de indexação inicial de 2 (dois) milhões de documentos, escalável até 3 (três) milhões de documentos, com garantia e manutenção pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses. **VALOR TOTAL:** R\$ 370.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5228; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 13.191/09 e 11.389/99, bem como Provimentos PGJ/RS 54/02, 47/05 e 33/08.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de janeiro de 2010.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral Substituto.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO Nº 11549-09.00/09-1
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/09**

CONTRATADA: E-STORAGE TECNOLOGIA LTDA; **OBJETO:** prestação de serviços de manutenção de 2 (dois) equipamentos GOOGLE SEARCH APPLIANCE GB-1101, com os números de série S5-CLTZP3TWS4JJJA e S5-CDJR6B2JJJA, com garantia de 18 (dezoito) meses. **VALOR MENSAL:** R\$ 6.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3924; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 13.191/09 e 11.389/99, bem como Provimentos PGJ/RS 54/02, 47/05 e 33/08.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de janeiro de 2010.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral Substituto.

**EDITAL Nº 003/2010
REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA**

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de janeiro de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM Nº 01/2010 - CAOIJ

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação.



1. Inquérito Civil nº 00820.00316/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, para apurar possível irregularidade na cobrança de mensalidades pela Associação dos Amigos das Crianças Autistas - AUMA.

2. Inquérito Civil nº 00820.00332/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, para apurar eventuais irregularidades nos atendimentos prestados pelo Hospital São Francisco de Paulo.

3. Inquérito Civil nº 00820.00340/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, para apurar a regularidade do funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental Frederico Ferri.

4. Inquérito Civil nº 00820.00347/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, para verificar a existência e/ou necessidade de implantação de serviços de fonoterapia neste Município.

5. Inquérito Civil nº 00820.00357/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, visando à disponibilização de coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais para as escolas estaduais do Município.

6. Inquérito Civil nº 00820.00362/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, visando averiguar possíveis irregularidades apresentadas pela empresa Arco Íris Cinemas, a qual, em tese, estaria permitindo o acesso de crianças/adolescentes, aos filmes exibidos, sem observar a classificação indicativa.

7. Inquérito Civil nº 00820.00368/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, para apurar a regularidade do funcionamento da creche municipal "Estrelinha Mágica".

8. Inquérito Civil nº 00820.00368/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, para apurar a regularidade do transporte escolar disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Pontão.

9. Inquéritos Cíveis ns. 00767.00017/2000 e 00767.00018/2000 instaurados pelo Promotor de Justiça André Babbista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, para apurar o funcionamento irregular de lan houses, bem como a utilização dos serviços pro crianças e adolescentes em horários impróprios - no turno escolar e durante a noite - e o acesso a conteúdo inadequado para a idade.

10. Inquérito Civil nº 00767.00019/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça André Babbista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, para investigar a presença de adolescentes em casa noturna, localizada na divisa com o Município de Sapucaia do Sul, bem como consumo de bebidas alcoólicas e de outras substâncias que causam dependên-

cia física ou psíquica.

11. Inquérito Civil nº 00767.00020/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça André Babbista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, para investigar o fechamento dos cursos de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) destinados aos familiares de crianças e adolescentes deficientes auditivos alunos da Escola Estadual Especial Padre Réus, que ficaram impossibilitados do convívio familiar, assegurado no artigo 227, caput, da Constituição Federal.

12. Inquérito Civil nº 00748.00306/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, para verificar o atendimento, pelo Município, do previsto na Resolução nº 33/2009, da Comissão Intergestores Bipartite/RS, que visa à implantação de serviço de fonoterapia aos pacientes auditivos protetizados na rede de atenção à saúde auditiva, a fim de que possam receber o atendimento no município em que residem.

13. Inquérito Civil nº 00748.00355/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, para verificar a existência de irregularidades na prestação de serviços, pelo Município de Caxias do Sul, às crianças e adolescentes nele residentes, diante da existência de longa fila de espera para atendimento no CEMEAR, APOIAR, Programa de ASF, atendimento psicológico no CAIS Mental e CAPS Reviver.

14. Inquérito Civil nº 00748.00327/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, para verificar a existência de irregularidades na prestação de serviços de saúde aos alunos freqüentadores da Escola Estadual Especial João Pratavieira.

15. Inquérito Civil nº 00748.00340/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, para investigar a ocorrência de situações de violência entre adolescentes, crianças e educadores do Abrigo Recanto Amigo, uso de drogas pelos acolhidos e falta de atividades para preenchimento do tempo livre; bem como a necessidade de se promover melhorias nas condições físicas da entidade, diante da constatada interdição de um dos banheiros, e inexistência de um boxe adequado para o banho.

16. Inquérito Civil nº 00949.00149/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, para investigar eventual deficiência na identificação dos pacientes que são internados no Hospital Santa Luzia, viabilizando ocorrência de fraudes, em especial, quanto ao sistema de sistema de preenchimento de Declaração de Nascimento - DNV.

17. Inquérito Civil nº 00949.00153/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, para averiguar notícia de eventual abuso sexual envolvendo funcionário da Casa de Passagem do Município de Xangri-Lá, praticado contra adolescente atual-



mente abrigada na instituição.

18. Inquérito Civil nº 00953.00021/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de Teutônia, com o fim de investigar “expedição de portaria judicial para limitação de entrada de menores de idade em festas, danceterias e congêneres”.

19. Inquérito Civil nº 00916.00024/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Melo de Souza, da Promotoria de Justiça de Três de Maio, com o fim de investigar “informação de que o COMDICA vem afetando e restringindo prerrogativas do conselho tutelar, bem como o conselho encontra-se com problemas em sua infra-estrutura”.

20. Inquérito Civil nº 00721.00018/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, com o objetivo de apurar as condições de abrigo de crianças, adolescentes e adultos na Associação Beneficente desafio Jovem de Porto Alegre – DEJOPA, também designada pelo nome de Chácara Nova Vida.

21. Inquérito Civil nº 00878.00072/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja, em substituição, para que seja disponibilizado o atendimento de fonoterapia no Município.

22. Inquérito Civil nº 00783.00080/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, da Promotoria de Justiça de Gravataí, com o objetivo de investigar a venda ou fornecimento de bebida alcoólica a adolescentes em estabelecimento comercial do Município.

23. Inquérito Civil nº 00790.00012/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Leven, da Promotoria de Justiça de Herval, com o fito de apurar deficiências no serviço de fonoterapia para crianças e adolescentes.

24. Peça de Informação nº 00870.00023/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, para verificar a necessidade de implantação de serviços de fonoterapia nos municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí.

25. Inquérito Civil nº 00881.00047/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, para investigar inexistência de regulamento interno disciplinar nas escolas da rede estadual do Município.

26. Inquérito Civil nº 00881.00048/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, para investigar inexistência de regulamento interno disciplinar nas escolas da rede municipal do Município.

27. Inquérito Civil nº 00881.00049/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, para investigar inexistência de regulamento interno disciplinar nas escolas da rede municipal do Município de Manoel Viana.

28. Inquérito Civil nº 00834.00052/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Noara Bernardy Lisboa, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, para investigar a denúncia do Centro de Hemofílicos do RS – CHERGS sobre a falta de médico hematologista no Município.

29. Inquérito Civil nº 00834.00055/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Dipp Muratt, da 9ª Promotoria de Justiça de Porto Alegre, para apurar a possibilidade de convênio entre a FASE e a UFRGS para realização de teste de QI nos internos do sistema.

30. Inquérito Civil nº 00834.00056/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Dipp Muratt, da 9ª Promotoria de Justiça de Porto Alegre, para apurar negligência por parte de Conselheiro Tutelar em atender situação de gravidade (que resultou em morte de adolescente).

31. Inquérito Civil nº 00943.00021/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Portão, tendo por finalidade melhorias no processo de escolha de conselheiros tutelares nos municípios de Portão e Capela Santana.

32. Inquéritos Cíveis ns. 18/2009 e 19/2009, instaurados pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de Jaguari, em substituição, para investigar funcionamento irregular de bares em questão de defesa comunitária e infância e juventude no Município.

33. Inquérito Civil nº 20/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de Jaguari, em substituição, para investigar funcionamento irregular de bar em questão do meio ambiente e infância e juventude no Município.

34. Inquéritos Cíveis ns. 21/2009 e 22/2009, instaurados pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de Jaguari, em substituição, para investigar festejos de carnaval nos Municípios de Jaguari e Nova Esperança do Sul.

35. Inquéritos Cíveis ns. 23/2009 e 24/2009, instaurados pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de Jaguari, em substituição, para investigar o funcionamento de campings durante esta temporada e nos eventos festivos dos Municípios de Jaguari e Nova Esperança do Sul.

36. Inquérito Civil nº 00762.00194/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Maurício Sanchonete de Aguiar, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, em substituição, para apurar irregularidades no acolhimento institucional e desligamento perante a Associação Beneficente Lar da Criança, e no encaminhamento para colocação em família substituta.

37. Inquérito Civil nº 00911.00055/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Lisiane Msserschmidt Rubin, da Promotoria de Justiça de Taquara, em substituição, para apurar insuficiência de profissional de psicologia para atendimento à demanda no Município de Rolante.

38. Inquérito Civil nº 00917.00027/2009, instaurado pela



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de janeiro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 353

Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com o fim de investigar situação de risco coletiva a que estão sujeitas as crianças e os adolescentes de Três Passos, pelo livre acesso ao consumo de bebida alcoólica nos estabelecimentos comerciais locais e pela negligência de pais e responsáveis.

39. Inquérito Civil nº 00875.00046/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, para apurar notícia de irregularidades na emissão de Declaração de Nascimento Vivo e respectivo Registro de Nascimento, tendo como investigados o Instituto Hospitalar Santo Antônio e o Registro Civil de Santo Antônio da Patrulha.

40. Inquérito Civil nº 00727.00002/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de Cacequi, para investigar “casas de jogos eletrônicos por máquinas ou computadores no Município de Cacequi com a utilização do serviço por crianças e adolescentes.

41. Inquérito Civil nº 00930.00139/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Lucca da Silva, da Promotoria de Justiça Especializada da Viamão, para apurar a ocorrência de maus-tratos a crianças no Centro Infantil Sonho Encantado, bem como a regularidade do funcionamento da entidade particular.

42. Inquérito Civil nº 00772.00045/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, para averiguar possíveis irregularidades no serviço municipal de transporte escolar e na utilização/manutenção de veículos de responsabilidade da Secretaria de Obras, em Nova Palma.

43. Inquérito Civil nº 00783.00092/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em substituição, para investigar a venda ou fornecimento de bebida alcoólica a adolescentes em estabelecimento comercial.

44. Inquérito Civil nº 00949.00155/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, para averiguar possível negligência da Prefeitura Municipal no tocante ao repasse de informações solicitadas pelo Comdica, acerca da verba de R\$ 3.200,00 repassada à APODECC (Associação de Portadores de Deficiência de Capão da Canoa), para aquisição de cadeiras de rodas próprias para a prática desportiva de tênis de quadra, para uso comum dos participantes do Programa Inclusão em Ação – Tênis para Cadeirantes.

45. Inquérito Civil nº 00819.00015/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Mottecy de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Panambi, para investigar a viabilização da contratação de profissionais psicólogos e psiquiatras por parte dos Municípios de Panambi e Condor para suprir a demanda.

46. Inquérito Civil nº 00868.00009/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, para averiguar disponibilização de serviços de fonoterapia pelo SUS nos Municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Mauá.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de janeiro de 2010.

MARIA IGNEZ FRANCO SANTOS,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.